

A história de Ana Clara, menina de 5 anos morta por PM defendido por Flávio Bolsonaro

PT

20/10/2026

Caso foi lembrado por Lula no debate da Band e ao cobrar apoio de Flávio à PEC da Segurança Pública; candidato do PL tem histórico de homenagens e relações com milicianos



Ana Clara Gomes Machado tinha apenas cinco anos e brincava na porta de casa, ao lado do irmão de dois anos, quando **foi atingida por um disparo de fuzil e morreu, em 2 de fevereiro de 2021, na comunidade Monan Pequeno, em Niterói (RJ)**. Segundo denúncia do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), o tiro foi disparado pelo policial militar Bruno Dias Delaroli durante um patrulhamento na região.

O cabo do 12º Batalhão de Polícia Militar (BPM) de Niterói efetuou disparos em direção à área residencial e de lazer onde as crianças estavam. Como relata a acusação, moradores gritaram para alertar os agentes de que havia pessoas no local, mas os disparos continuaram. A promotoria sustenta que o policial assumiu o risco de matar.

Delaroli chegou a ser preso preventivamente após a morte da menina. Em novembro de 2021, porém, a prisão foi substituída por medidas cautelares.

A Justiça decidiu posteriormente que o policial deveria ser submetido ao Tribunal do Júri. Em 2024, quando já exercia o mandato de senador, **Flávio Bolsonaro (PL) integrou a defesa do militar e assinou um recurso apresentado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para tentar reverter a decisão que determinou o julgamento popular**. O pedido foi negado.

Mesmo com a decisão mantida, o julgamento ainda não aconteceu. Mais de cinco anos após a morte de Ana Clara, a família continua à espera de uma resposta definitiva da Justiça.

O presidente Lula perguntou a Flávio Bolsonaro, no debate da Band, neste domingo, 18, por que ele defendeu o assassino de uma menina de 5 anos de idade. O candidato da extrema direita não respondeu e não mencionou o caso.

A demora em julgar o caso voltou ao debate público com o lançamento do episódio [O Julgamento que Nunca Aconteceu](#), da série jornalística Revelando. A produção reconstrói a morte da menina, acompanha a luta da família e expõe a atuação de Flávio Bolsonaro na defesa do policial acusado.

No vídeo, Cristiane Gomes da Silva, mãe de Ana Clara, expressa indignação com a decisão do presidenciável de atuar no caso e com a tentativa de reverter a decisão que levaria o policial ao Tribunal do Júri.

“É surreal de acreditar como que uma pessoa, querendo ser o presidente do Brasil, defendeu um cara que é sem escrúpulo nenhum, defendeu um monstro desse, que ele é um monstro. Ele assumiu o caso de um assassino, ele tentou anular o júri do cara que matou minha filha. Ele tentou anular o júri de um cara que impediu uma criança de 5 anos de viver.”

Lula cobra Flávio para combater o crime organizado

O caso também foi retomado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em vídeo publicado nas redes sociais, no qual cobrou que [Flávio Bolsonaro e a bancada do PL apoiem a Proposta de Emenda à Constituição \(PEC\) da Segurança Pública](#) apresentada pelo Governo Federal ao Congresso.

Lula questionou o compromisso do adversário com o enfrentamento à criminalidade e criticou sua atuação na defesa do policial militar acusado pela morte de Ana Clara.

“Por que ele não quer votar? Porque ele faz parte desse crime organizado, porque ele acaba de defender um policial criminoso que matou uma criança de cinco anos de idade com um tiro de fuzil. Como é que ele vai poder aprovar uma lei para permitir que o Estado combata o crime?”, declarou o presidente.

A PEC da Segurança Pública, aprovada pela Câmara dos Deputados em março de 2026, teve sua análise concluída na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado em 14 de outubro. A votação em plenário, prevista para a sequência da tramitação, foi adiada em meio a divergências políticas sobre alterações na proposta, entre elas a redução da maioria penal.

O texto busca incluir o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) na Constituição e ampliar a integração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Também prevê a criação do Ministério da Segurança Pública e o fortalecimento da atuação federal contra organizações criminosas e mecanismos para aprimorar o compartilhamento de informações e recursos entre as instituições.

Flávio Bolsonaro e as relações com milicianos

A atuação de Flávio Bolsonaro na defesa de Delaroli não é o único episódio que envolve o presidenciável e integrantes das forças de segurança do Rio de Janeiro investigados ou acusados de crimes graves.

Quando era deputado estadual, Flávio empregou em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) Raimunda Veras Magalhães e Danielle Mendonça da Costa da Nóbrega, respectivamente mãe e esposa de Adriano da Nóbrega, ex-capitão da Polícia Militar apontado pelo Ministério Público como líder do grupo de matadores de aluguel conhecido como Escritório do Crime.

Outro episódio envolve o ex-policial militar Ronald Paulo Alves Pereira. Em 2004, Flávio Bolsonaro, então deputado estadual, apresentou uma moção de louvor ao militar pelos “importantes serviços prestados ao Rio de Janeiro”.

A homenagem foi concedida poucos meses após Ronald passar a ser investigado por envolvimento no caso da casa noturna Via Show, em São João de Meriti (RJ). Em dezembro de 2003, quatro jovens foram sequestrados e executados por policiais militares após saírem da casa de shows.

Pereira acabou condenado, em 2022, a 76 anos e oito meses de prisão pelas mortes dos jovens. Em fevereiro de 2026, foi novamente condenado, dessa vez pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a 56 anos de prisão por planejar os assassinatos da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, além da tentativa de homicídio da assessora Fernanda Chaves.

Em outro caso, Flávio também assinou um recurso no STJ em defesa de quatro policiais militares acusados de matar quatro homens durante uma emboscada no Morro do Vidigal, na Zona Sul do Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 2020.

Os cabos Pedro Jeremias Lemos Pinheiro, Victor Barcelleiro Batista e Rafael Nascimento Rosa e o sargento Ricardo de Moraes Mattos foram denunciados pelo MPRJ. Segundo a acusação, os policiais teriam se escondido no interior de um imóvel, em posição superior à das vítimas, e efetuado disparos de surpresa, reduzindo as possibilidades de defesa dos homens.

A investigação apontou que os agentes teriam entrado em uma residência pela manhã e aguardado até a tarde para disparar contra as vítimas. Em sua defesa, os policiais alegaram que participavam de uma operação de combate ao tráfico de drogas e que haviam deixado a comunidade depois da prisão de um suspeito e do ferimento de um colega.

Via pt.org.br

Compartilhe nas redes: